

GOMES, Filipe Almeida. A abordagem enunciativa da linguagem e a Escola de Oxford: algumas considerações. *ReVEL*, vol. 18, n. 34, 2020. [www.revel.inf.br]

A ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA LINGUAGEM E A ESCOLA DE OXFORD: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

The enunciative approach to language and the Oxford School: some considerations

Filipe Almeida Gomes¹

filipegomeslc15@gmail.com

RESUMO: A abordagem enunciativa da linguagem tem, no âmbito dos estudos linguísticos brasileiros, um lugar privilegiado. Não apenas em virtude de sua profusão, mas, sobretudo, em razão da qualidade que envolve seus debates de ordem teórica e os trabalhos de cunho analítico. No entanto, algumas notas ainda parecem dignas de serem acrescentadas. Mais especificamente, aquelas que se referem ao lugar, no campo enunciativo, da Escola de Oxford, ou seja, da filosofia da linguagem ordinária, por vezes já denominada genericamente “pragmática anglosaxã”. É bem verdade que Flores e Teixeira (2005) reconhecem a relação entre os estudos enunciativos e a Escola de Oxford, representada, sobretudo, por Austin (1962), Grice (1957, 1975), Searle (1969, 1979a) e Strawson (1970). Contudo, também é verdade que, mesmo após os “lamentos” de Fuchs (1981), pouco se avançou (ao menos em terras brasileiras) no apontamento dos principais fundamentos que colocam as reflexões da filosofia da linguagem ordinária como integrantes, em certa medida, da abordagem enunciativa. Assim, este texto intenta demonstrar como três questões fundamentais à abordagem enunciativa foram desenvolvidas no seio da escola angloamericana de filosofia da linguagem ordinária – concomitantemente ao seu desenvolvimento francófono, empreendido, sobretudo, por Benveniste. Ao fim, sustentamos que, mesmo diante de recortes distintos, bem como das dificuldades subjacentes ao *corpus* que Austin (1962) e companhia utilizaram como fonte de exemplos, há motivos suficientes para que, tal como sugere Fuchs (1981), a Escola de Oxford seja vista como integrante do paradigma enunciativo da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; abordagem enunciativa; filosofia da linguagem ordinária; Escola de Oxford.

ABSTRACT: In the scope of Brazilian linguistics studies, the several theories of enunciation have been pride of place. Not only because of its profusion, but above all because of the quality that surrounds its theoretical debates and analytical works. However, some notes still seem worth adding; more precisely, those related to the Oxford School, this is, to the Ordinary Language Philosophy. Indeed, Flores and Teixeira (2005) recognize the link between studies of enunciation theories (mainly Benveniste's theory of enunciation) and the Oxford School, represented mainly by Austin (1962), Grice (1957, 1975), Searle (1969, 1979a) and Strawson (1970). However, it is also true that, even after Fuchs's “laments” (1981), little progress has been made (at least in Brazil) in pointing out the main foundations that place the reflections of Ordinary Language Philosophy as integral, to some degree, of the several theories of enunciation. Thus, this paper seeks to address how three fundamental questions to the theories of enunciation were developed within the Anglo-American school of Ordinary Language Philosophy – simultaneously with its French-speaking development, undertaken mainly by Benveniste. In the end, we argue that there are sufficient reasons why, as Fuchs (1981) suggests, the Oxford School is to be regarded as part of the set of theories of enunciation.

¹ Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Bolsista CAPES.

KEYWORDS: enunciation; theories of enunciation; Ordinary Language Philosophy; Oxford School.

INTRODUÇÃO

Não seria nenhum desatino reconhecer certa influência francesa sobre os estudos, realizados em terras brasileiras, em torno da educação, em geral, e da linguagem, em específico. De fato, nossas reflexões – e, conseqüentemente, ações – estão consideravelmente ancoradas no pensamento que vem da França de Durkheim, que acolheu Rousseau, Saussure e Émile Benveniste; a França dos “Micheis” Pecheaux e Foucault; de Oswald Ducrot, dentre tantos outros nomes.

Deve-se atentar, entretanto, para o fato de que se apegar ferrenhamente a uma opção teórica pode conduzir-nos a, ao menos, dois equívocos epistemológicos básicos. Em primeiro lugar, corremos o risco de idealizar, sobremodo, a opção que fazemos, de maneira a conferir a ela todas as contribuições advindas de outros campos. Em segundo lugar, estreitamente relacionado ao primeiro equívoco, podemos incorrer no erro de negligenciar o papel que outras vertentes intelectuais desempenham no aprimoramento dos debates.

É, pois, exatamente com o intuito de mitigar uma aparente negligência brasileira quanto a outras importantes vertentes do estudo da linguagem que propomos, neste texto, apresentar algumas considerações em torno das contribuições da Escola de Oxford para os estudos da linguagem. Embora conciso, este texto intenta demonstrar como três questões fundamentais à denominada abordagem enunciativa da linguagem foram desenvolvidas no seio da escola angloamericana de filosofia da linguagem ordinária – concomitantemente ao seu desenvolvimento francófono, empreendido, sobretudo, por Benveniste.

Antes, porém, de irmos às três questões fundamentais, talvez seja interessante observar que não queremos gerar a ilusão de que, por “Escola de Oxford”, estamos falando de um sistema de pensamento completamente alinhado. É certo que já não há mais espaço para esse tipo de idealização ingênua. Importa-nos mais utilizar a expressão “Escola de Oxford” para aglutinar um conjunto de formulações elaboradas no interior de um mesmo empreendimento linguístico-filosófico: a filosofia da linguagem ordinária. Assim, a despeito dos diferentes níveis de protagonismo, podemos dizer que seus principais representantes são John L. Austin, Paul Grice, Peter Strawson e John Searle.

É exatamente da pena de tais autores que advêm as mais substanciais contribuições da filosofia da linguagem ordinária. Poderíamos falar, por exemplo, da ideia de proferimentos (diríamos, hoje, “enunciados”) performativos, por parte de Austin; ou das máximas conversacionais de Grice; das diferentes contribuições de Strawson ou das muitas (e controversas) propostas de John Searle. Assim, Fuchs (1981)², por exemplo, recorda que a denúncia dos “postulados anti-enunciativos da lógica” (FUCHS, 1985: 116), isto é, do positivismo lógico, foi feita pelos filósofos da linguagem ordinária, com destaque para Austin, Searle e Strawson. E, em adição a isso, é interessante recordar o que escreveu Benveniste em 1954:

O lógico perscruta as condições de verdade às quais devem satisfazer os enunciados nos quais a ciência se fundamenta. Recusa a linguagem “ordinária” como equívoca, incerta e flutuante, e quer forjar para si uma língua inteiramente simbólica. Mas o objeto do linguista é precisamente esta “linguagem ordinária” que ele toma como dado e cuja estrutura inteira explora. (BENVENISTE, 1995: 14, aspas do autor)

Ora, ao fazer alusão a uma oposição ao empreendimento dos lógicos e, sobretudo, ao fazer uso da já então consagrada expressão “linguagem ordinária”, referindo-se a ela como sendo “o objeto do linguista”, é possível que Benveniste tivesse em mente o cambridgeano Wittgenstein de *Investigações Filosóficas* (obra publicada, curiosamente, apenas um ano antes da declaração de Benveniste)? Sim, é possível. Contudo, é possível também que o linguista sírio-francês estivesse transportando para a linguística pontos essenciais do aparato que, ao menos desde 1939, ia se firmando no âmbito da filosofia da linguagem oxfordiana³.

² Em virtude do caráter histórico que, mesmo indiretamente, atravessa o conjunto de nossas considerações, optamos por apontar, sempre quando possível, o ano original das publicações. A exceção, óbvia, são os casos em que ocorre citação direta das traduções para a língua portuguesa.

³ Embora alguns autores pareçam supor que o conhecimento de Benveniste a respeito da obra de Austin tenha sido tardio, concebendo, até mesmo, que as ideias benvenisteanas sobre os performativos – expostas em *Os verbos delocutivos*, originalmente publicado em 1958 –, tenham origem independente das formulações de Austin, tal hipótese parece-nos pouco provável. Em primeiro lugar, apesar de, como lembra Ducrot (1972), o texto de Benveniste ser anterior ao artigo *Performative Utterances*, de Austin, publicado em 1961, deve-se considerar que essa discussão já vinha sendo feita por Austin há, pelo menos, uma década; é o que vemos, por exemplo, em *Other Minds*, de 1946. Além disso, deve-se considerar, também, que tal tema foi objeto da preleção de Austin no famoso Colóquio de Royaumont, em 1958, o qual reuniu os principais representantes da filosofia analítica de origens inglesa, americana e francesa. Aliás, a própria existência de tal colóquio parece contrapor outra ideia de Ducrot (1972), a saber, a de que a publicação do artigo de Benveniste deu-se “numa época em que a filosofia analítica inglesa era quase desconhecida na França” (DUCROT, 1972: 24, nota de rodapé). Ora, sendo o artigo de Benveniste e a realização do colóquio datados do mesmo ano, fica uma pergunta: quem realiza um colóquio para discutir o que quase desconhece? Além disso, o artigo supracitado, *Tendências recentes em lingüística geral*, datado de 1954, faz referências diretas a Russell e Wittgenstein, o que, embora fossem ambos de Cambridge, atesta certo conhecimento de Benveniste acerca do que se pensava na terra da rainha.

Hipóteses à parte, o trecho supracitado parece apontar, em certa medida, o importante lugar da filosofia da linguagem ordinária nos estudos enunciativos sobre a linguagem.

Postas essas considerações, dedicar-nos-emos, a seguir, àquelas questões que parecem fundamentais a uma abordagem enunciativa da linguagem e que, podemos dizer, ganham maior robustez no cenário ocidental simultaneamente na Grã-Bretanha e na França das décadas de 1950 e 1960 – ainda antes de Roman Jakobson, na década de 1970, apresentar ao mundo ocidental as formulações (algumas incrivelmente semelhantes àquelas da Escola de Oxford) de Volóchinov e companhia.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Tornou-se recorrente afirmar que a Linguística, enquanto disciplina moderna, surgiu com o linguista Ferdinand de Saussure. E, de fato, se não o primeiro, Saussure é um dos primeiros pensadores relacionados ao estabelecimento de um objeto de investigação do qual a Linguística se ocuparia. As famosas considerações, atribuídas a ele por alguns de seus alunos e colegas, a respeito deste objeto de investigação da Linguística, isto é, a **língua**, em oposição à **fala**, são tanto um marco para os estudos em torno da linguagem quanto o início de uma abordagem teórico-metodológica que, a despeito de suas muitas contribuições, seria alvo de diversas críticas: o estruturalismo.

Não temos a intenção de elencar, aqui, quais foram as diversas objeções ao estruturalismo. Estamos certos de que isso já foi feito de modo suficientemente consistente por outros estudiosos. Interessa-nos, antes, resgatar o fato de que uma das grandes críticas a esse projeto consistia exatamente em sua preterência quanto à *fala*, ou seja, àquilo que, no *Curso de Linguística Geral* atribuído a Saussure, denominou-se “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSURRE, 2012 [1916]: 45). Argumenta-se que a opção – por muito tempo creditada a Saussure – de tomar a **língua** como objeto de investigação da disciplina então incipiente, conseqüentemente, conduziu a uma espécie de primazia da **língua**, enquanto sistema, sobre a **fala**, vale dizer, a colocação desse sistema em funcionamento, a língua em uso.

É, pois, na contramão da importante opção teórico-metodológica frequentemente atribuída a Saussure que se encontra a chamada **abordagem enunciativa da linguagem**. Por vezes referida como Linguística da Enunciação, a abordagem enunciativa da linguagem é frequentemente mencionada, mas poucas vezes definida, e refere-se ao conjunto de teorias da linguagem que tomam como objetos centrais de suas reflexões o **uso da língua** e a relação desse uso com os “agentes humanos”⁴ que o efetivam, os quais tanto apresentam como movimentam, no processo enunciativo e na língua, um conjunto de intenções, relacionado, por sua vez, a uma interação discursiva concreta, prenhe de um contexto.

Mesmo diante de suas diversas especificidades, muito já se falou do conjunto francófono de teorias da linguagem que, em alguma medida, constituem a abordagem enunciativa (cf. FLORES, 2013; FLORES & TEIXEIRA, 2005; FUCHS, 1981). Nessa dimensão, além dos trabalhos seminais de Charles Bally, Michel Bréal e Émile Benveniste, consideram-se as propostas de Antoine Culioli, Jacqueline Authier-Revuz, Oswald Ducrot. Para além disso, já se tornou mais do que frequente a associação da abordagem enunciativa da linguagem às reflexões de Valentin Volóchinov e Mikhail Bakhtin – a despeito das considerações de Sériot (2010)⁵. Entretanto, parecem raras as menções ao quanto as considerações da Escola de Oxford em torno de uma filosofia da linguagem ordinária, se não constituem, ao menos, aproximam-se da perspectiva enunciativa. Mais raras ainda parecem ser as especificações de quais sejam esses pontos de confluência. Esse silenciamento a respeito da relação entre a pragmática de origem angloamericana e as demais teorias sobre a enunciação é, inclusive, motivo de reiterados lamentos por parte de Fuchs (1981) – que, diga-se de passagem, apresenta-nos uma das melhores introduções à abordagem enunciativa da linguagem.

É certo que, quando se fala em Escola de Oxford, a referência feita normalmente diz respeito à fundação de uma pragmática conversacional (GRICE, 1975) e de uma pragmática da linguagem performativa (AUSTIN, 1962; Searle, 1969; 1979a). E, realmente, é possível dizer que desconhecer o caráter precursor da Escola

⁴ Nossa opção, aqui e adiante, pela expressão “agentes humanos” visa a evitar a celeuma que se formou a respeito do que seja, no interior da abordagem enunciativa da linguagem, a natureza desse agente. Não queremos, por exemplo, supor que o “falante”, de quem trata a Escola de Oxford, seja da mesma natureza que o “sujeito” da Análise do Discurso de linha francesa.

⁵ Para Sériot (2010), o que há em Volóchinov e Bakhtin é uma abordagem linguística que tem os enunciados, e não a enunciação, como núcleo. Assim, em sua perspectiva, Volóchinov e Bakhtin não guardariam tantas proximidades com a Análise do Discurso de linha francesa ou com a proposta enunciativa de Benveniste.

de Oxford nesses dois segmentos é, em si, desconhecer a própria Escola de Oxford e, provavelmente, as bases de um dos pensamentos filosóficos modernos que mais impactaram os estudos linguísticos. Todavia, as contribuições de Austin e companhia vão além. Trataremos delas, a seguir.

2. DA NOÇÃO DE “INTENÇÃO” À CENTRALIDADE DO USO: A LINGUAGEM COMO ATIVIDADE INTERINDIVIDUAL

Pode-se questionar se o agente humano que efetiva o uso da língua controla a totalidade de seus dizeres. Pode-se questionar se sua percepção, de que ele mesmo é o autor único de seus discursos, não passa de mera ilusão. Trata-se de questionamentos legítimos. O que se torna mais difícil de questionamento, parece-nos, é o fato de que, seja sujeito ou assujeitado, o agente humano que põe a língua em funcionamento numa interação discursiva é repleto de intenções enunciativas. Aliás, o que seria estudar a língua em uso senão, entre outras coisas, refletir sobre a relação entre – para usar uma expressão de Strawson (1970) – um complexo de intenções do falante, a materialidade linguística e o sentido?

Posto isso, não são raras as vezes em que, ao se falar dos desenvolvimentos decorrentes da filosofia da linguagem ordinária, menciona-se certa relação com a obra do “segundo” Wittgenstein. Devemos dizer que, de fato, estamos diante de uma menção legítima. Poucos estudiosos ousariam afirmar que a ideia de significado em termos de uso, conforme apresentada em *Investigações Filosóficas*, de 1953, obra póstuma de Wittgenstein, não se parece com as ideias da filosofia da linguagem elaborada em Oxford, sobretudo com as considerações de Grice (1957) em *Meaning*.

Não obstante, ainda pairam muitas dúvidas a respeito de uma possível influência de Wittgenstein sobre a filosofia oxfordiana. Afinal, a relação entre significado e uso parece estar posta, mesmo que embrionariamente, já nas considerações de Austin, principal nome da Escola de Oxford⁶. Considerações essas que, embora reunidas apenas em 1962, por ocasião da publicação póstuma de *How To Do Things With Words*, já eram conhecidas em Cambridge – em virtude da “resposta” de Austin, em 1946, ao filósofo John Wisdom – e, evidentemente, em

⁶ Uma questão curiosa é que, enquanto John Searle, aluno de Austin, lembra que seu professor “não tinha nenhuma simpatia por Wittgenstein” (SEARLE, 2001: 227), pois concebia que suas ideias não eram originais e que “tudo [já estava] em Moore” (SEARLE, 2001: 227), Pitcher (1973, apud NERLICH; CLARKE, 1996: 357), por sua vez, afirma que frequentemente, diante de dificuldades linguísticas, Austin afirmava: “Vamos ver o que Wittgenstein tem a dizer sobre isso”.

Oxford; e parecem ter sua gênese ao menos em 1939, conforme relato do próprio Austin, resgatado por Urmson no prefácio à primeira edição inglesa da obra de Austin.

De qualquer forma, a grande questão exposta pelos filósofos oxfordianos que parece tocar no argumento central do Wittgenstein de *Investigações* é a ideia de que os agentes envolvidos no processo de interação discursiva tanto apresentam como movimentam em seus discursos um conjunto de intenções. Grice (1957), por exemplo, abordou essa dimensão da intenção com sua famosa distinção entre **significado da sentença** e **significado do falante**. Por sua vez, Austin – com quem, aparentemente, Grice não se dava muito bem (SEARLE, 2007) – já havia abordado o teor intencional dos “proferimentos” e, portanto, a dimensão do uso da língua, em sua série de palestras nas *William James Lectures* – compiladas e publicadas em 1962. A distinção apresentada por Austin – e que faz referência direta às intenções do falante – é a distinção entre **ato locucional**, **ato ilocucional** e **ato perlocucional**.

Aliás, a centralidade da intenção do falante nos escritos desses filósofos é tamanha que Strawson, outro importante pensador da Escola de Oxford, ao se referir aos “teóricos da intenção comunicativa”, em artigo publicado em 1970, elencou exatamente esses três nomes: o Wittgenstein de *Investigações*, Austin e Grice. Nesse mesmo artigo, inclusive, Strawson (1970) defende que uma teoria da intenção comunicativa não necessita desprender-se das regras e das convenções de ordem semântica e sintática. Em suma, para o autor, a própria existência de um significado da sentença só é possível em razão de um significado do falante, que é primário.

De todo modo, é possível dizer que o maior expoente do caráter enunciativo constituinte dos escritos da filosofia da linguagem oxfordiana é John Searle. A despeito de suas reiteradas tentativas de apresentar uma formalização dos processos – o que, diga-se de passagem, faz parte do fazer científico –, Searle, já em *Speech Acts*, de 1969, sinaliza a necessidade de se conciliar a distinção entre significado da sentença e significado do falante, proposta por Grice (1957), com as considerações sobre ato locucional, ilocucional e perlocucional, de Austin (1962). Para Searle (1969), aquilo que Grice (1957) propusera ser o significado do falante estava na dimensão do efeito perlocucional de Austin (1962), quando, na verdade, deveria estar na dimensão de um **efeito** ilocucional, que é, em suma, o conhecimento das condições que regem o ato de fala executado pelo falante (cf. SEARLE, 1986).

Além disso, Searle instaura uma série de discussões sobre a Teoria dos Atos de Fala (principalmente SEARLE, 1969; 1979a), as quais conduzem a questionamentos muito caros a uma abordagem enunciativa da linguagem, tais como a natureza dos atos de fala (dos enunciados, podemos dizer) indiretos, a natureza da metáfora, a ideia de significado literal etc. Em todas essas discussões, fica claro que para Searle, na esteira do pensamento de Austin e Grice, e até mesmo de Strawson, o **significado intencional do falante** tem primazia sobre o **significado convencional da sentença**, ou, dito de outro modo, não há como compreender os significados da língua, enquanto sistema, sem lidar com o complexo de intenções do falante, que, por sua vez, instaura-se a partir de expectativas e projeções referentes ao ouvinte. Em suma, no pensamento da filosofia da linguagem ordinária oxfordiana, não há como compreender os significados da língua, enquanto sistema, sem entender a linguagem como uma ação interindividual, sem lidar com os variáveis presentes na **língua em uso**.

A propósito dessa questão, devemos lembrar que, constantemente, certa terminologia empregada pelos pensadores da Escola de Oxford – mais especificamente, as duplas “falante” e “ouvinte”, “locutor” e “alocutário” – parece causar arrepios em alguns estudiosos do discurso. Uma das principais objeções a tal terminologia normalmente gira em torno da ideia de que ela alça a linguagem ao âmbito da ação individual, e não da interação (cf., por exemplo, SUGUIMATI, 1989). Além disso, sugere-se, por vezes, que o empreendimento de Austin e Searle acerca da Teoria dos Atos de Fala, na medida em que centraliza o locutor, evidencia seu caráter solipsista.

Todavia, é fundamental recordarmos que termos como “locutor” e “falante” também aparecem em outras teorias de orientação enunciativa, como nas propostas benvenisteanas e volochinovianas, respectivamente. Afinal, como sabemos, o fundamental não é exatamente o termo, mas a construção teórica para a qual ele coopera. Nesse ponto, portanto, a julgar pelo que podemos ler em Austin (1962), Searle (1975) e Grice (1975), o empreendimento oxfordiano, sem dúvida, se nos apresenta, assim como lembra Koch (1993), como orientado por “uma visão da linguagem como ação *intersubjetiva*” (KOCH, 2015: 11). E, no que diz respeito à alegação de que a Teoria dos Atos de Fala seria uma teoria de ordem solipsista, importa-nos recordar a afirmação de Mari (2001):

Qualquer ato de fala supõe, na dimensão colocada por Benveniste (1989: 83), que “O ato pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro das condições necessárias da enunciação.” Assim, o que torna possível a enunciação de um ato é a apropriação que o locutor faz da língua. Esse contágio solipsista, antes de ser uma preferência pelas atitudes do locutor, é uma condição para desencadear qualquer processo interacional: só há interação verbal se algum locutor for capaz de tornar existente a enunciação, de fazê-la “mover”. E, nesse particular, podemos dizer que qualquer ato, que objetive validar a força que incorpora, está comprometido com uma ordem de fatores que transcende o locutor, ainda que esse possa ter responsabilidades sobre dimensões do conteúdo proposicional. (MARI, 2001: 94, aspas do autor)

Obviamente, está mais do que passível de questionamentos o conjunto de exemplos propostos por Austin, Grice, Strawson e Searle. Sabemos que, em grande parte, trata-se de exemplos de natureza artificial, completamente fora de situações enunciativas reais. Contudo, certamente isso não retira da filosofia da linguagem ordinária seus méritos em investir na análise da língua em uso.

3. A RESTAURAÇÃO DO CONTEXTO

Estreitamente relacionado à questão de como a noção de “intenção” resgatou a centralidade do uso da língua e, conseqüentemente, instaurou uma concepção da linguagem como ação interindividual, um segundo aspecto que sinaliza para o caráter enunciativo das formulações advindas da Escola de Oxford é aquilo que podemos chamar de “restauração do contexto”. Falamos de uma “restauração” por entender, à semelhança de Fuchs (1981), que a perspectiva enunciativa – para a qual, sabemos, a noção de “contexto” é indispensável – já estava inserida na retórica aristotélica, pois “essa retórica se sustenta, enquanto princípio, naquilo que chamamos hoje ‘a situação da enunciação’” (FUCHS, 1985: 112). Nesse sentido, devemos observar que, já nas formulações da retórica aristotélica, tem-se uma consideração da **língua em uso**, a qual implica a existência daquele que fala, de um assunto sobre o qual se fala e de um alguém a quem se fala. Assim, é plausível que um dos principais motes da distinção entre a retórica antiga e as abordagens enunciativas modernas seja aquele apresentado por Compagnon, conforme registrado por Fuchs (1981), e que lembra que as retóricas antigas buscavam construir uma arte da enunciação, ao passo que as abordagens enunciativas modernas empenham-se na construção de uma teoria da enunciação.

Ainda sobre a relação entre a retórica aristotélica e as abordagens enunciativas modernas, com destaque para a Escola de Oxford, é interessante recordar com Sbisá (2011) que a “atenção para o uso linguístico ordinário já estava presente no ambiente filosófico da Universidade de Oxford como um efeito de sua tradição nos estudos clássicos e aristotélicos” (SBISÁ, 2011: 16, tradução nossa⁷).

Posto isso, é importante considerar que todo o conjunto de formulações provenientes da Escola de Oxford, ainda que não tenha registrado pormenorizadamente o que seja a noção de “contexto” – essa “situação da enunciação” –, ao menos lidou com a intuição, por parte dos interagentes de uma interação discursiva concreta, de que as circunstâncias contextuais condicionam o processo de significação. Nessa direção, van Dijk (2011), por exemplo, lembra que

na fronteira entre Linguística e Filosofia, o estudo dos atos de fala, das implicaturas e dos postulados conversacionais (Austin, 1962; Grice, 1975: 68-134; Searle, 1969), **pela primeira vez**, não só deu realce ao papel social da ação no uso da língua, mas também **explicou as condições contextuais (formais) da adequação dos enunciados**, reconhecendo nessa forma de adequação uma das características da nova interdisciplina da *Pragmática*. **Foi nesse âmbito que a noção de contexto passou a ser objeto de uma análise específica** (Van DIJK, 2012: 22, itálico do autor, negrito nosso).

Ressalte-se, nesse sentido, que mesmo as considerações não revisadas de Austin (1962), a respeito das possíveis “infelicidades” a que um “proferimento performativo” estava sujeito, têm em suas raízes o apelo a algo que o autor, por vezes, denominou genericamente “circunstâncias”. Ao fim de sua palestra IV, por exemplo, que versa sobre as infelicidades em termos de mau uso, Austin afirma:

Para explicar o que pode dar errado com as declarações, não devemos restringir nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. **Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade** – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um e outro podem dar errado. (AUSTIN, 1990: 56, negrito nosso).

Ainda Austin (1962), na palestra que inicia sua distinção entre ato locucional, ato ilocucional e ato perlocucional, afirma:

⁷ No original: “[...] attention for ordinary linguistic usage were already present in the philosophical environment of Oxford University as an effect of its tradition in classical and Aristotelian studies.”.

há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que **a ocasião de um proferimento** tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística. (AUSTIN, 1990: 89, **negrito nosso**).

Em adição a isso, e em consonância com o trecho supracitado de van Dijk (2011), poderíamos adicionar uma lista de outras afirmações do próprio Austin (1962), ou de Grice (1957; 1975), que parecem apontar para a mesma indispensabilidade do contexto. Entretanto, a fim de não nos prolongarmos desnecessariamente, relembremos apenas a afirmação de Searle (1979b), para quem

Em geral, pode-se dizer que, na maioria dos casos, uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições não realizadas no conteúdo semântico da sentença. Assim, mesmo em emissões literais, quando o significado do falante coincide com o significado da sentença, o falante tem de contribuir para a emissão literal com mais que tão-somente o conteúdo semântico da sentença, porque o conteúdo semântico só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições feitas pelo falante e, se a comunicação há de ser bem-sucedida, essas suposições devem ser compartilhadas pelo ouvinte. (SEARLE, 2002: 128).

Assim, não é sem motivo que podemos dizer que, na base mesma da filosofia da linguagem ordinária empreendida em Oxford, seja por Austin (1962), por Grice (1957; 1975) ou por Searle (1969; 1979a), está a ideia da indispensabilidade do contexto, isto é, da “situação da enunciação”, da “situação em que se faz o proferimento” – ou qualquer outro nome que se queira dar a essa propriedade⁸. Aliás, é exatamente essa indispensabilidade do contexto concebida pelos autores que lhes confere o rótulo de contextualistas, em oposição aos minimalistas (cf. BIANCHI, 2011)⁹. A Escola de Oxford, em todas as suas frentes, resgata a ideia de que há algo além da materialidade linguística e que esse algo condiciona o processo de significação das mais diferentes maneiras.

⁸ Assim como o conceito de “sujeito”, também a ideia de “contexto” parece apresentar especificidades no interior das diferentes teorias enunciativas.

⁹ Embora os termos modernos sejam “contextualistas” e “minimalistas”, trata-se exatamente da mesma distinção entre “teóricos da intenção comunicativa” e “teóricos do formalismo semântico”, os responsáveis pela “Batalha Homérica” de que tratou Strawson (1970).

4. A DELIMITAÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA PARA A LÍNGUA EM USO

O terceiro aspecto constituinte de uma abordagem enunciativa da linguagem, que se faz presente nas considerações da Escola de Oxford e que queremos explorar de modo breve, diz respeito ao entendimento de que a sequência de itens lexicais, dispostas de acordo com a estrutura sintática de uma língua, não deve ser assumida como a unidade básica e real de uma interação discursiva concreta.

É essa ideia que parece fundamentar, por exemplo, a distinção bakhtiniana entre a **oração**, enquanto unidade da língua como sistema, e o **enunciado**, enquanto unidade da comunicação discursiva, ou seja, da língua em ação (BAKHTIN, 1952-1953). É ela também que, posteriormente, parece fundamentar a distinção benvenistiana, apresentada inicialmente em 1966, entre **signo semiótico** (como unidade da língua-sistema), de um lado, e **palavra** (como unidade da língua-discurso), de outro (BENVENISTE, 1974).

No que tange à Escola de Oxford, essa necessidade teórico-metodológica de estabelecer uma distinção entre a unidade da língua-sistema e a unidade da língua em ação parece derivar da distinção entre *sentence* e *statement*, assumida por Austin em *Truth*, de 1950¹⁰. Entretanto, é possível conceber que se revele de modo mais categórico na distinção terminológica entre *sentence* e *utterance*, bem como na contribuição advinda do termo *proposition*.

Nessa direção, *sentence*, que normalmente traduzimos por “frase” ou “sentença”, refere-se a uma estrutura puramente formal, ou seja, a uma unidade cuja definição é de ordem formal ou sintática (SEARLE, 1994) e, dessa forma, como já esboçava Austin (1950), não pode ser considerada verdadeira ou falsa. *Utterance*, que frequentemente traduzimos como “emissão” ou “proferimento”, diz respeito, por sua vez, à ação de colocar a língua em funcionamento, numa determinada situação enunciativa. E, no que toca o termo *proposition*, que frequentemente traduzimos por “proposição”, podemos dizer que, embora sua emergência seja dependente da estrutura formal de uma “sentença”, seu caráter distintivo é apresentar sentido e referência. Dito de outro modo, a “proposição” corresponde ao conteúdo semântico-objetual presente em uma “sentença”. Desse modo, como sustenta Searle (1969), uma

¹⁰ É interessante lembrar que, no debate instaurado após a apresentação de *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, 1974), realizada por Benveniste em 1966, a possível semelhança entre a distinção de Benveniste e a distinção proveniente da Filosofia Analítica é assinalada pelo lógico belga Paul Gochet.

“sentença”, enquanto abstração teórica, não expressa uma “proposição”. Porém, na “emissão” que se efetiva por meio de uma “sentença”, o agente humano expressa uma “proposição”.

Dessa maneira, a emissão de uma sentença (“*an utterance of a sentence*” (SEARLE, 1994: 643)) engloba tanto a expressão de um conteúdo semântico-objetual, isto é, a expressão de uma proposição, quanto a expressão de um conjunto de intenções que dizem respeito ou não a essa proposição, aos agentes humanos envolvidos nesse processo de interação etc. Portanto, guardadas as devidas proporções, a “emissão” oxfordiana assemelha-se à ideia benvenistiana, originalmente apresentada em 1970, de que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006: 82).

Observe-se, porém, que a distinção entre sentença (*sentence*) e emissão (*utterance*) é uma distinção entre somente a unidade abstrata da língua, enquanto sistema, e a própria ação intencional de colocar a língua em funcionamento. Essa distinção, em si, parece não estabelecer qual seja a unidade da língua em uso que se contrapõe à unidade da língua-sistema, quer dizer, à sentença.

Contudo, ao discorrer sobre as proposições, Searle (1969) considera que uma proposição, ou, em outras palavras, o conteúdo semântico-objetual inerente a uma emissão, só pode ser expresso na realização de um ato ilocucional. Desse modo, é preciso destacar que, ao menos para Austin, Searle e Strawson, a unidade dessa ação de colocar a língua em funcionamento é o **ato de fala**¹¹. Sem dúvidas, a afirmação mais significativa a esse respeito vem também de Searle, para quem

toda comunicação linguística envolve atos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, como geralmente tem sido suposto, o símbolo, a palavra ou a sentença, ou mesmo a ocorrência do símbolo, da palavra ou da sentença na realização do ato de fala. Considerar a ocorrência como uma mensagem é considerá-la como uma ocorrência produzida ou proferida. Mais precisamente, a produção ou o proferimento de uma ocorrência de sentença sob certas condições é um ato de fala, e os atos de fala [...] são a unidade básica ou mínima da comunicação linguística. (SEARLE, 1969: 16, tradução nossa¹²).

¹¹ Não podemos dizer que, para Grice, essa unidade da língua em uso é o **ato de fala**. Afinal, como lembra Searle, “por motivos relacionados às complicadas relações pessoais e à própria personalidade de Grice, era difícil, se não impossível, que Grice usasse qualquer um dos termos técnicos de Austin. Até onde eu sei, ele nunca usou, em publicações, expressões como ‘perlocucional’, ‘ilocucional’, ‘locucional’, ou mesmo ‘ato de fala’” (SEARLE, 2007: 12).

¹² No original: “[...] all linguistic communication involves linguistic acts. The unit of linguistic communication is not, as has generally been supposed, the symbol, word or sentence, or even the token of the symbol, word or sentence, but rather the production or issuance of the symbol or word or

Essa afirmação, bem como todo o conjunto de escritos de Searle (principalmente, SEARLE, 1969; 1979a), contribui para salientar o lugar privilegiado desse autor na Escola de Oxford, sobretudo como um dos maiores responsáveis pela disseminação do trabalho de Austin. Afinal, se os postulados de Austin (1962) demonstram um avanço em sua filosofia da linguagem, que vai desde a ideia do caráter performativo da linguagem até as incipientes considerações sobre a natureza do “ato de fala total” (AUSTIN, 1990: 121), é com Searle que se tem a sistematização dessa segunda parte da filosofia austiniana. De modo mais claro, na esteira do pensamento de Austin (1962, final da palestra VII em diante), Searle assume o avanço teórico que poderia, inclusive, parecer uma ruptura interna no pensamento austiniano: o termo “ato de fala” deixa de designar pura e simplesmente o elemento linguístico que possibilita “fazer coisas com as palavras” e passa, então, a referir uma unidade linguística mais abrangente. Consequentemente, o estudo dos atos de fala, ao menos desde a palestra VIII de Austin (1962) e em todo o percurso teórico de Searle, é um estudo sobre a unidade básica da comunicação linguística ou, como parece ter esboçado Austin (1962), um estudo das “unidades completas do discurso” (AUSTIN, 1990: 85).

De qualquer forma, o que nos parece certo é que a Escola de Oxford, assim como praticamente todas as outras teorias integrantes da abordagem enunciativa da linguagem, reconhece uma distinção entre a unidade abstrata da língua, enquanto sistema, e a unidade real da língua posta em funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um daqueles textos que, para o autor, é difícil aceitar como “pronto”. Não porque ele instaure uma teoria, ou porque seu conteúdo temático contenha algo de inédito e extremamente denso, que necessite de formulações mais categóricas; pelo contrário. A dificuldade em dá-lo como “terminado” está exatamente no reconhecimento de que aquilo que nele se propõe não é algo novo e de que algumas dessas questões encontram-se pinceladas levemente em textos dispersos de

sentence in the performance of the speech act. To take the token as a message is to take it as a produced or issued token. More precisely, the production or a issuance of a sentence token under certain condition is a speech act, and speech acts [...] are the basic or minimal units of linguistic communication”.

excelentes estudiosos. Portanto, a dificuldade em vê-lo finalizado passa, primeiramente, pelo medo de se cometer injustiças de ordem bibliográfica, referentes ao esquecimento de importantes autores. Adiciona-se a isso, ainda, o olhar em alguma medida heterodoxo com que se olha, aqui, para as reflexões da Escola de Oxford.

De todo modo, é necessário que se coloque um ponto e vírgula nessas reflexões, e queremos iniciá-lo lembrando que as questões tratadas neste texto não têm a menor pretensão de dizer que todas as formulações básicas da denominada abordagem enunciativa da linguagem já estavam completamente postas no pensamento da Escola de Oxford, pois, de fato, não estavam. Nem tampouco estamos sugerindo que não existam problemas teóricos e metodológicos no modo como as considerações da Escola de Oxford foram apresentadas, pois sabemos que há.

Os resumidos apontamentos feitos no decorrer deste texto intentam, primeiramente, mitigar a ausência, em língua portuguesa, de considerações que relacionem o conjunto de formulações da filosofia da linguagem ordinária oxfordiana à abordagem enunciativa da linguagem.

Em segundo lugar, intentamos, por meio deste texto, contribuir para as reflexões sobre os diversos aspectos que se situam na interface das abordagens enunciativas da linguagem. Nessa direção, visamos incentivar, por exemplo, reflexões que tornem ainda mais claras as relações entre Benveniste e a Escola de Oxford; escola esta que o linguista sírio-francês menciona, por exemplo, em *A filosofia analítica e a linguagem*, de 1963.

Nesse mesmo sentido, intentamos que as breves considerações reunidas neste texto possam servir como incentivo para pesquisas sobre a relação entre as formulações da Escola de Oxford e aquelas, aparentemente similares, advindas do tradicionalmente denominado “Círculo de Bakhtin”. Como reconhece Brandist (2012), ainda precisamos de respostas mais claras para compreender a proximidade teórica dessas duas escolas. Até o presente momento, é possível admitirmos, apenas, a existência de raízes linguístico-filosóficas comuns; particularmente, as contribuições de Karl Bühler mediante sua teoria do modelo de linguagem *Organon*.¹³

¹³ Assumindo a responsabilidade por qualquer eventual deslize, agradeço a leitura crítica e o constante incentivo por parte da professora Dr^a. Juliana Alves Assis e do professor Dr. Hugo Mari. Além disso, sou grato aos pareceristas pelos respeitosa comentários e pelas valiosas sugestões.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John L. (1946). Other Minds. In: AUSTIN, John L. *Philosophical Papers*. 2. ed. London: Oxford University Press, 1970, p. 76-116.
- AUSTIN, John L. (1962). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUSTIN, John L. (1950). Truth. In: AUSTIN, John L. *Philosophical Papers*. 2. ed. London: Oxford University Press, 1970, p. 117-133.
- BAKHTIN, Mikhail. (1952-1953). *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de Linguística Geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BIANCHI, Claudia. (2011). Contextualism. In: SBISÀ, Marina; et al. (Eds.) *Philosophical Perspectives for Pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011, p. 53-70.
- BRANDIST, Craig. (2004). O dilema de Voloshinov: sobre as raízes filosóficas da teoria dialógica do enunciado. In: BRANDIST, Craig. *Repensando o círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 35-63.
- DUCROT, Oswald. (1972). De Saussure à la philosophie du langage. In: SEARLE, John R. *Les Actes de Langage*. Paris: Herman, 1972, p. 7-34, prefácio.
- FLORES, Valdir do Nascimento. (2013). Semântica da Enunciação. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. (Orgs.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 89-104.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. (2005). *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FUCHS, Catherine. (1981). As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 29, p. 111-129, 1985.
- GRICE, Paul H. (1975). Logic and Conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. (Eds.). *Syntax and Semantics, Vol. 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.
- GRICE, Paul H. (1957). Meaning. *The philosophical review*. Cornell University Press, v. 66, n. 3, p. 377-388. Disponível em: < <http://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/fo9/semprag1/grice57.pdf> >.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. (1993). *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARI, Hugo. (2001). Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo. et al. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2001, p. 93-131.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SBISÀ, Marina. (2011). Analytical Philosophy: ordinary language philosophy. In: SBISÀ, Marina; et al. (Eds.) *Philosophical Perspectives for Pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011, p. 11-25.
- SEARLE, John R. (1979a). *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, John R. (2007). Grice on Meaning: 50 years later. *Teorema: International Journal of Philosophy*, v. 26, n. 2, p. 9-18, 2007.
- SEARLE, John R. (1986). Intention, Communication and Representation. In: GRANDY, Richard E.; WARNER, Richard. (eds.). *Philosophical Grounds of Rationality: intentions, categories, ends*. Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 209-226.
- SEARLE, John R. (2001). J. L. Austin (1911-1960). In: MARTINICH, Aloysius. P.; SOSA, David. (Eds.). *A Companion to Analytic Philosophy*. Malden, USA; Oxford, UK: Blackwell, 2001, p. 218-230.

SEARLE, John R. (1994). Literary theory and its discontents. *New Literary History*, Vol. 25, n. 3, p. 637-667, 1994.

SEARLE, John R. (1979b). Metáfora. In: SEARLE, John R. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 121-181.

SEARLE, John R. (1975). Os atos de fala indiretos. In: SEARLE, John R. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 47-94.

SEARLE, John R. (1969). *Speech Acts: an essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SÉRIOT, Patrick. (2010). *Vološinov e a filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

STRAWSON, Peter F. (1970). Significado e verdade. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística. Volume III - Semântica*. Campinas: Unicamp, 1982, p. 181-212.

SUGUIMATI, Luiza N. (1989) Elementos para uma crítica aos fundamentos da Teoria dos Atos de Fala. 1989. 86f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Van DIJK, Teun A. (2011). *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

Recebido no dia 22 de novembro de 2019.
Aprovado no dia 22 de janeiro de 2020.